

**O IBGE
EM 1965**



O IBGE

EM 1965

① *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística foi criado pelo Decreto n.º 218, de 26 de janeiro de 1938, que reuniu o Instituto Nacional de Estatística (Decreto n.º 24 609, de 6 de julho de 1934) e o Conselho Brasileiro de Geografia (Decreto n.º 1 527, de 24 de março de 1937).*

Com a criação posterior do Serviço Nacional de Recenseamento, de caráter transitório, e a Escola Nacional de Ciências Estatísticas, abrange o IBGE, atualmente, os seguintes órgãos:

- Conselho Nacional de Estatística;
- Conselho Nacional de Geografia;
- Serviço Nacional de Recenseamento;
- Escola Nacional de Ciências Estatísticas.

● PRESIDÊNCIA

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apresenta a peculiaridade de ser uma autarquia federal articulada com um sistema nacional de órgãos estaduais e municipais que realizam serviços estatísticos, geográficos e cartográficos.

Ao assumir a Presidência do IBGE, o atual Presidente, General Aguinaldo José Senna Campos, teve sua atenção voltada para as limitações apresentadas no papel que tem cabido aos que vêm exercendo o cargo desde a criação do órgão. Dentro da estrutura administrativa do Instituto, o Presidente assume responsabilidades que muitas vezes não correspondem à sua autoridade. Assina pelo que outros deliberaram e decidiram. Como se vê, autoridade quase simbólica, figura honorífica, a qual há de cobrir com o seu prestígio pessoal as iniciativas e atos do complexo de órgãos que integram o Instituto.

O atual Presidente do IBGE trouxe para o exercício do cargo um propósito de atuação direta e objetiva. Viu, de início, que mesmo sua função meramente coordenadora encontrava óbices de toda sorte, alguns decorrentes da estratificação da rotina, outros resultantes da peculiar organização do Instituto — caso especial no conjunto da administração brasileira.

A atuação do atual Presidente do IBGE contrasta fortemente com esse esquema. Trouxe êle para o exercício do cargo um estilo de trabalho que, embora vigilante e ativo, não retira a nenhum dos órgãos subordinados a função eminentemente executiva, que sempre tiveram, nem o espírito de iniciativa dentro das suas respectivas especializações.

Não se trata de nenhuma diretiva de centralização. O que a Presidência do IBGE deseja é tornar-se capaz de dirigir e administrar com melhores e mais adequados instrumentos de ação, no plano geral e superior, isto é, na esfera de comando que lhe cabe.

Para tanto, houve necessidade imperiosa de dotar a Presidência dos meios indispensáveis para que lhe seja possível atingir os objetivos visados. É o que estabelece o Ante-Projeto já encaminhado às instâncias superiores. Destaca-se, nesse Ante-Projeto, uma reformulação do Gabinete da Presidência, o qual já vem funcionando de

● PRESIDÊNCIA

acôrdo com um plano de expansão em andamento. Sòmente assim será possível à Presidência acompanhar com eficiência as atividades dos órgãos integrados, apoiando-as melhor e sobretudo conferindo uniformidade de conduta administrativa a todo o conjunto que forma o Instituto.

Assume, dêsse modo, a Presidência uma função de soldagem, unidade e mesmo solidariedade, de que se ressentiu sempre o conjunto constituído pelo IBGE no passado. Nestas condições, o Presidente do IBGE passa a ser executivo apenas em determinado sentido, ou seja, nessa ação coordenadora, que deve ser efetiva, real, e não apenas teórica.

Assim é que, durante o ano de 1965, a Presidência do IBGE deu continuidade às medidas programadas, segundo tais diretivas, a começar por um esforço tenaz, ininterrupto, no sentido de trazer de volta ao Instituto mais de 150 funcionários que se achavam afastados, a serviço de órgãos e entidades estranhos aos serviços estatístico-geográficos. Muitos dêsses funcionários se encontravam fora do IBGE com ônus para o órgão, representando isto uma sangria em tôrno de 17 milhões de cruzeiros por mês nas disponibilidades financeiras do Instituto. No fim do exercício de 1965, êsse montante se achava reduzido para cêrca de 11 milhões de cruzeiros.

Outra medida adotada, no âmbito da Presidência, constituiu na reunião dos meios de transporte do Instituto, na Guanabara. Além de maior ordem imprimida aos serviços de transporte, que ficaram sob contrôle unificado, resultou da providência apreciável economia de gasolina, óleo e outros materiais. Assim é que, enquanto no 1.º trimestre de 1964, foram gastos 54 709 litros de gasolina, já no último trimestre do mesmo ano o consumo baixou para 43 689 litros e, no 1.º trimestre de 1965, atingia apenas 41 096 litros. Os 2.º, 3.º e 4.º trimestres acusaram consumos, respectivamente, de 49 747, 52 485 e 50 449 litros. Êsse aumento, em relação ao 1.º trimestre, deve-se a um volume maior de serviços. Ainda sob as vistas diretas da Presidência, através de uma das Assessorias do seu Gabinete, estão sendo melhoradas as instalações da Garagem, que se encontravam em péssimo estado.

Também foram unificados e postos sob controle da Presidência os serviços de assistência médico-odontológica e social. Neste setor, foram ampliados e desenvolvidos os serviços assistenciais, realizando-se um cadastro torácico do pessoal, bem como um levantamento odontológico completo.

O mesmo foi feito em relação à Consultoria Jurídica, com reais vantagens para o Instituto. Cada um desses serviços, tanto o de assistência médica e social, como os jurídicos, funcionava separadamente, integrado nos diferentes órgãos componentes do Instituto, o que apresentava inconvenientes de variada natureza e, não raro, duplicidade de tarefas.

● CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

O ano de 1965 marcou uma nova etapa no esforço desenvolvido pela ala estatística no sentido de atingir a eficiência desejada pelos interesses da administração pública e do setor privado. Conseguida a normalidade administrativa, continuou-se na perseguição do objetivo da recuperação técnica, não obstante as dificuldades existentes para se reunir novas equipes especializadas e no nível de conhecimentos desejado.

Adiantou-se, mesmo assim, o plano de reestruturação das estatísticas a serem levantadas com a iniciativa tomada de se propor ao Governo a criação de um Núcleo de Planejamento, com a atribuição fundamental de planejar e acompanhar a execução do Plano Nacional de Estatísticas Básicas. Por outro lado, o aperfeiçoamento da coleta estatística constituiu-se em tema de preocupações e foi objeto de recomendações que, provavelmente, irão dinamizar tão importante fase dos trabalhos estatísticos. Cuidou-se ainda do problema de aperfeiçoamento do pessoal técnico, proporcionando-se cursos de revisão de conhecimentos estatísticos a duas turmas de servidores da Secretaria-Geral e aproveitando-se vagas em cursos de amostragem estatística patrocinados pelos Ministérios do Planejamento e da Agricultura. Neste mesmo setor, deve-se registrar o êxito do curso de especialização patrocinado pela SUDENE, em Recife, para quarenta estatísticos do Nordeste, dos quais trinta dos quadros do Conselho.

Mereceram ainda da alta direção do Conselho toda a atenção questões de real interesse para a estatística, como seja a da obrigatoriedade da prestação de informações estatísticas, cujo anteprojeto que disciplina o assunto já foi encaminhado à Presidência da República; a da elaboração da Lei n.º 4379, de 15 de julho do ano passado que dispõe sobre exercício da profissão de estatístico, agora em fase de regulamentação no MTPS por Comissão assistida e prestigiada pelo Conselho.

Registre-se ainda o comparecimento da representação do Conselho, constituída pelo seu Secretário-Geral, Professor Sebastião de Aguiar Aires, e pelo Diretor da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, Professor Antonio Garcia de Miranda Neto, realizada em Belgrado, Iugoslávia, em setembro último.

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E TÉCNICAS — Além das atividades normais do setor administrativo realizadas a contento e que permitiram que se atingisse àquela regularidade administrativa antes assinalada, foram tomadas diversas providências legais,

tôdas visando a dar ao pessoal aquela situação de perfeito gôzo das vantagens legais a que tenham direito. Aguarda-se, apenas, solução para casos de readaptações, cujos processos já estudados serão submetidos à Comissão de Classificação de Cargos.

Quanto às atividades técnicas, deve ser mencionado, preliminarmente, o esforço desenvolvido pelo Grupo Especial de Trabalho para Estatísticas Industriais (GETEI), contando com a colaboração integral da Diretoria dos Levantamentos Estatísticos da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística, no sentido de recuperar as estatísticas industriais do País. Após a conclusão do inquérito, por amostragem, realizado para se determinar o volume físico de um elenco de produtos industriais nos anos de 1963 e 1964, cujos resultados foram utilizados pelo Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas, para rever e atualizar o cálculo dos índices de produção industrial, dedicou-se o citado Grupo a nova pesquisa, pelo mesmo processo, destinada a obter, para os últimos anos os dados necessários ao cálculo do valor adicionado em cada um dos ramos industriais, em 11 regiões do País. Os resultados dessa pesquisa, já oferecidos prioritariamente a Órgãos especializados, deverão ser divulgados no início de 1966.

Resultados significativos foram obtidos na coleta da XIX Campanha Estatística, especialmente em São Paulo e Guanabara, o que assegurará um melhor rendimento para os órgãos apuradores do Sistema Estatístico Nacional e conseqüentemente uma divulgação mais rápida de informações estatísticas.

Outras tarefas de responsabilidade da Diretoria de Levantamentos Estatísticos foram levadas a termo com eficiência, como as relativas ao *Comércio Interestadual Por Vias Internas*, com quarenta e cinco (45) publicações estaduais divulgadas; ao *Inquérito Nacional de Preços*, que coleta e apura mensalmente os preços médios de alguns gêneros alimentícios e artigos de vestuário e pôde oferecer tais dados aos usuários com a melhor atualização desejada. Tiveram prosseguimento ainda as atividades do Grupo de Trabalho para as Estatísticas da Construção, bem como o Inquérito sôbre Edificações realizadas junto às Prefeituras Municipais, cujos primeiros resultados serão brevemente publicados. Estudos para reformulação de inquéritos foram terminados e suas conclusões permitiram melhor orientação para os inquéritos a serem realizados em 1966.

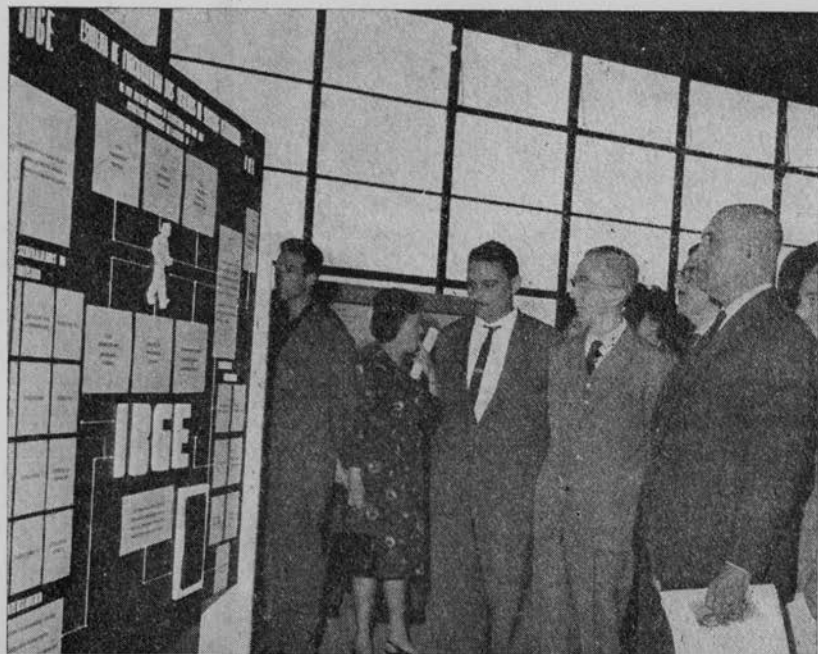
No campo da análise e da elaboração estatística, o *Laboratório de Estatística* da SG/CNE cumpriu o seu programa de trabalho es-

● CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

pecífico realizando análises de dados demográficos e econômicos proporcionados pelo Censo de 1960 e pelas estatísticas contínuas, bem como cálculos de indicadores relativos ao País.

Divulgou o volume "Estatística Demográfica — Pesquisas sobre a Natalidade no Brasil", completando, com a análise relativa a várias Unidades da Federação, o exame dessa característica; preparou o volume "Características Demográficas e Sociais do Estado da Guanabara", bem como dois estudos sobre a composição da população do Brasil, com base nos dados preliminares do Censo de 1960, e a composição das populações latino-americanas e suas variações recentes. Ainda no campo demográfico, realizou uma pesquisa especial, com vistas à determinação dos níveis de natalidade no Brasil, em 1960, e à verificação da possibilidade de aproveitamento das estatísticas dos nascimentos, levantadas a partir do Registro Civil, para a contabilização anual da população e o cálculo dos indicadores demográficos. No setor das estatísticas econômicas, procedeu à atualização das séries de índices gerais e parciais, de "quantum" e de preços, relativas aos setores da produção primária, do comércio interestadual de cabotagem e do comércio exterior. Ainda nesse campo, analisou, com base nos censos econômicos de 1960, as características

Exposição comemorativa das atividades do IBGE, realizada em maio de 1965, no Aeroporto Santos Dumont, vendo-se à direita, o Presidente do Instituto, General Aguinaldo José Senna Campos.



da atividade industrial nos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Pernambuco e Minas Gerais. Procedeu ainda à análise do ensino comum na Guanabara.

Foram profícuos os trabalhos de divulgação e documentação a cargo da Diretoria de Documentação e Divulgação.

Constitui fato expressivo o lançamento, a 24 de novembro, do "Anuário Estatístico do Brasil", referente a 1965, antes, portanto, da data habitualmente observada para a sua circulação (15 de dezembro). Divulgaram-se 76 monografias municipais, inclusive a de Brasília, quatro números do "Boletim Estatístico", dois números da "Revista Brasileira de Estatística" e dois da "Revista Brasileira dos Municípios". Foram editados três números da Coletânea "Flagrantes Brasileiros", um dos quais dedicado ao Estado da Guanabara, em homenagem ao IV Centenário. Outras publicações divulgadas: "Resoluções da Assembléia-Geral do Conselho Nacional de Estatística" — 1956/63 (Índice). "Resoluções da Junta Executiva Central" — 1937/63 (Índice), "Resoluções da Junta Executiva Central" — 1964, "Legislação Orgânica do Conselho Nacional de Estatística (Legislação Federal), 2.^a edição, e "Divisão Territorial do Brasil".

Procurou-se dar ampla difusão a resultados estatísticos através da imprensa falada e escrita, distribuindo-se "comunicados" a jornais e revistas do Rio e de outros Estados, além dos informativos "Notícias para a imprensa" e "Em poucas linhas". Como nos anos anteriores, aumenta o interesse pela obtenção de dados estatísticos, utilizados para os mais diferentes fins. Foram atendidas, no decorrer de 1965, cerca de 3 000 consultas de diversos pontos do País, correspondentes a perto de 8 500 questões formuladas. Aproximadamente 92% dos pedidos versavam assuntos de natureza econômica, social, cultural e administrativa, sendo atendidos de imediato.

O Conselho, na qualidade de *Ponto Focal Nacional*, mantém intercâmbio regular com mais de 25 entidades especializadas do exterior, inclusive órgãos das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos.

Incentivaram-se, de modo geral, as atividades de documentação, devendo destacar-se o preparo de *fichas bibliográficas* resultantes da análise de periódicos especializados em economia e estatística, relativas aos anos recentes, como parte do compromisso assumido pela

● CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

documentação do CNE para o levantamento da Bibliografia Brasileira de Ciências Sociais, a cargo da Comissão de Documentação do Conselho de Ciências Sociais. As reproduções dessas fichas são enviadas a diversas bibliotecas.

A documentação municipal foi sensivelmente aumentada, prosseguindo com êxito o inquérito destinado a obter as informações básicas sobre os Municípios.

Durante o período janeiro-novembro de 1965, a Biblioteca Waldemar Lopes recebeu e classificou 4 328 publicações elevando-se assim o seu acervo a 19 475 livros e 4 048 periódicos (títulos). Registraram-se 4 410 consultas e 1 670 empréstimos para leitura a domicílio. As consultas incidiram preferentemente sobre estatística, economia e geografia.

SERVIÇO GRÁFICO — As atividades do Serviço Gráfico, durante o ano de 1965, no que se refere ao seu movimento econômico-financeiro, foram marcadas por um ritmo de elevada operosidade, com o qual se procurou e se conseguiu uma satisfatória recuperação em relação ao ano de 1964.

Não obstante a deficiência de seu equipamento industrial já praticamente esgotado pelo uso de muitos anos e, em alguns casos, superado pelo progresso técnico, o Serviço Gráfico através de uma programação de trabalho bem coordenada e orientada, cumpriu o exercício de 1965, apresentando uma receita da ordem de Cr\$ 1 755 368 760, que, fazendo face a uma despesa no montante de Cr\$ 1 709 908 074, permitiu o superávit de Cr\$ 45 460 686.

Por sua vez, o faturamento de encomendas também se mostrou elevado, atingindo a cifra de Cr\$ 1 846 893 256. Para que se tenha, em termos de comparação, uma idéia nítida sobre os resultados de 1965, lembramos que, no exercício de 1964, a receita e a despesa ficaram fixadas em Cr\$ 687 247 604 e Cr\$ 891 627 653, respectivamente, enquanto o faturamento se mantinha na ordem de Cr\$ 556 091 490.

Além disso, procedeu-se a rigorosa vistoria do equipamento industrial, evidenciando-se a urgência de renovação da maquinaria existente, à vista do que foi elaborado um profundo e metucioso estudo a respeito, cujos resultados foram submetidos às autoridades superiores.

PROGRAMA PARA 1966 — Ao mesmo tempo que estuda o Conselho Nacional de Estatística as bases de uma reestruturação, que lhe permitirá desenvolver aquela atividade desejada, dentro das exigências atuais de flexibilidade e eficiência, examina também tôdas as perspectivas que lhe permitirão atacar as tarefas objetivas e práticas que se apresentam como as mais prementes e que serão indicadas a seguir:

- ① Intensificação do planejamento e execução das pesquisas estatísticas no campo da indústria nacional, de modo a complementar os bons resultados já obtidos em 1965 e estabelecer em bases definitivas o plano dessas estatísticas setoriais;
- ② Estudos visando à fixação do “Plano Nacional de Estatísticas Básicas”, de acôrdo com as diretrizes estabelecidas pelo Instituto Interamericano de Estatística (IASI) para o Plano Interamericano de Estatísticas Básicas (PIEB).
- ③ Continuação de contatos com agências e organismos internacionais de modo a assegurar condições para obtenção de assistência técnica conveniente para acelerar a realização de determinados projetos, um dos quais, o do “Inquérito Domiciliar”, por amostragem, já testado em outros países e que proporcionará índices demográficos, econômicos e sociais a curto prazo.
- ④ Esforços a serem desenvolvidos pelo sistema de Serviços Centrais Federais de Estatística, no sentido de que os levantamentos regulares da Estatística Brasileira sejam melhor estruturados tènicamente e escalonados, em prioridades, de modo a que o planejamento nacional possa dispor mais ràpidamente dos dados de que necessita.
- ⑤ Ultimação de medidas que conduzam à reestruturação do sistema estatístico, objetivando proporcionar, ao mesmo, os elementos indispensáveis à execução plena de seus encargos.
- ⑥ Intensificação do programa de treinamento e aperfeiçoamento do pessoal técnico, já iniciado em 1965.

● CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

Durante o exercício de 1965, firmou o IBGE, através do CNG, os seguintes Convênios de interesse geográfico:

— Com a PETROBRÁS, para execução, em regime de cooperação, de nivelamento geodésico de 1.^a Ordem nos Estados da Região Meio-Norte, compreendendo linhas ao longo de rodovias, nos Municípios de Piri-piri, Piracuruca, São Miguel do Tapuio, Castelo, Batalha, Barras, Pôrto, Miguel Alves, União, Teresina, Altos, Alto Longá, Picos, Amarante, São Pedro e Água Branca, no Estado do Piauí; Buriti, Brejo, Urbano Santos, Riacho da Cruz, Itapecurumirim, Cachumba, Peritoró, Caxias e São Luís, no Estado do Maranhão.

— com a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, destinado a servir de apoio às medidas governamentais visando ao desenvolvimento econômico e social daquela Região.

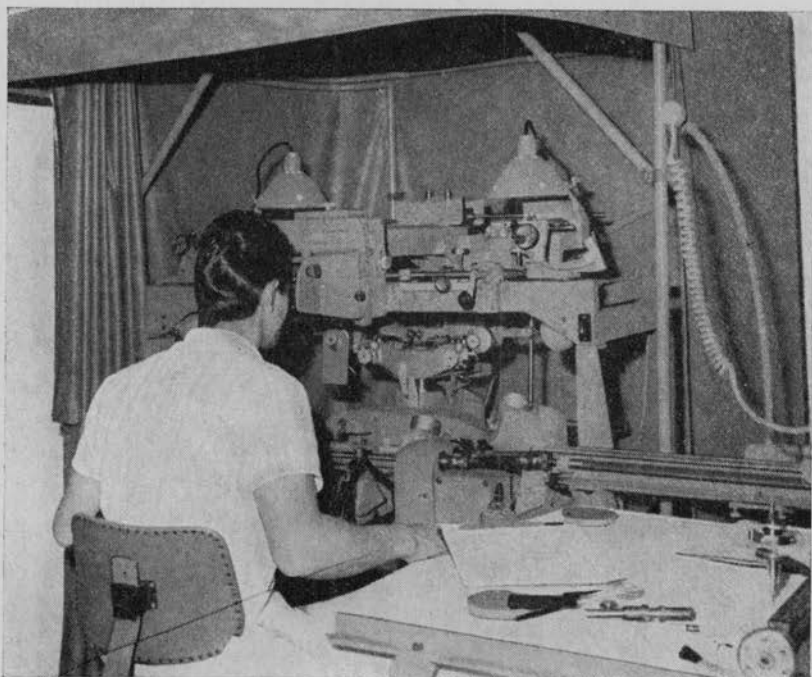
— com o Departamento Geográfico do Estado de Minas Gerais, objetivando o desenvolvimento das atividades cartográficas e aerofotogramétricas naquele Departamento, em especial, no que concerne à aplicação da moderna técnica de preparo de originais cartográficos em plásticos. Utilizando a técnica preconizada pelo CNG, bem assim com a assistência dos técnicos do mesmo órgão, foi elaborado o mapa do Estado de Minas Gerais pelo Departamento Geográfico regional, o qual teve sua impressão a cargo do Serviço Gráfico do IBGE.

— com a Comissão da Carta Geográfica do Paraná — para execução de trabalhos sobre Morfologia do Quaternário Brasileiro no âmbito daquela Unidade Federada, compreendendo: 1) revisão geral e crítica dos conceitos básicos sobre processos operantes no “modelado”; 2) estrutura da subsuperfície, morfologia das vertentes e sua gênese; 3) estratigrafia; 4) paleoclimatologia; 5) nova interpretação para a Geomorfologia Brasileira.

— Além desses Convênios, firmou-se contrato com a empresa Serviços Aerofotogramétricos Cruzeiro do Sul S.A., para recobrimento aerofotogramétrico de 60 mil quilômetros quadrados da Chapada Diamantina, no âmbito do Estado da Bahia, onde vêm sendo realizados levantamentos topográficos e cartográficos pelas turmas de campo do Conselho Nacional de Geografia.

CARTOGRAFIA — No setor Cartográfico prosseguiram em ritmo acelerado os trabalhos de reedição da Carta do Mundo ao Milionésimo e das folhas preparatórias à mesma, na escala 1:500.000. Das primeiras ultima-se a impressão das correspondentes a Goiás (SD-22) e Brasília (SD-23). Das últimas foram impressas as de referência a: Brasília NO, Rio São Francisco NO, Uruguaiana NE e SE, Teresina SE, Asunción NE, Paraíba SO, Goiânia NO e SO, e Aracaju NO, encontrando-se em fase de impressão as folhas Pôrto Alegre SO, Aracaju SO e NO, Paranapanema SO e NO. Quanto às folhas topográficas na escala de 1:100.000 foram impressas, Londrina (SF-23-U-II), Cornélio Procópio (SF-22-V-I) e Iupuiara (SC-23-X-III) e Barra do Mendes (SC-23-X-IV). As duas últimas folhas pertencem ao "Projeto Chapada Diamantina". Do "Projeto Rio de Janeiro", na escala de 1:50.000, foi impressa a folha Paraíba do Sul

Aparelhamento aerofotogramétrico da Divisão de Cartografia do CNG.



● CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

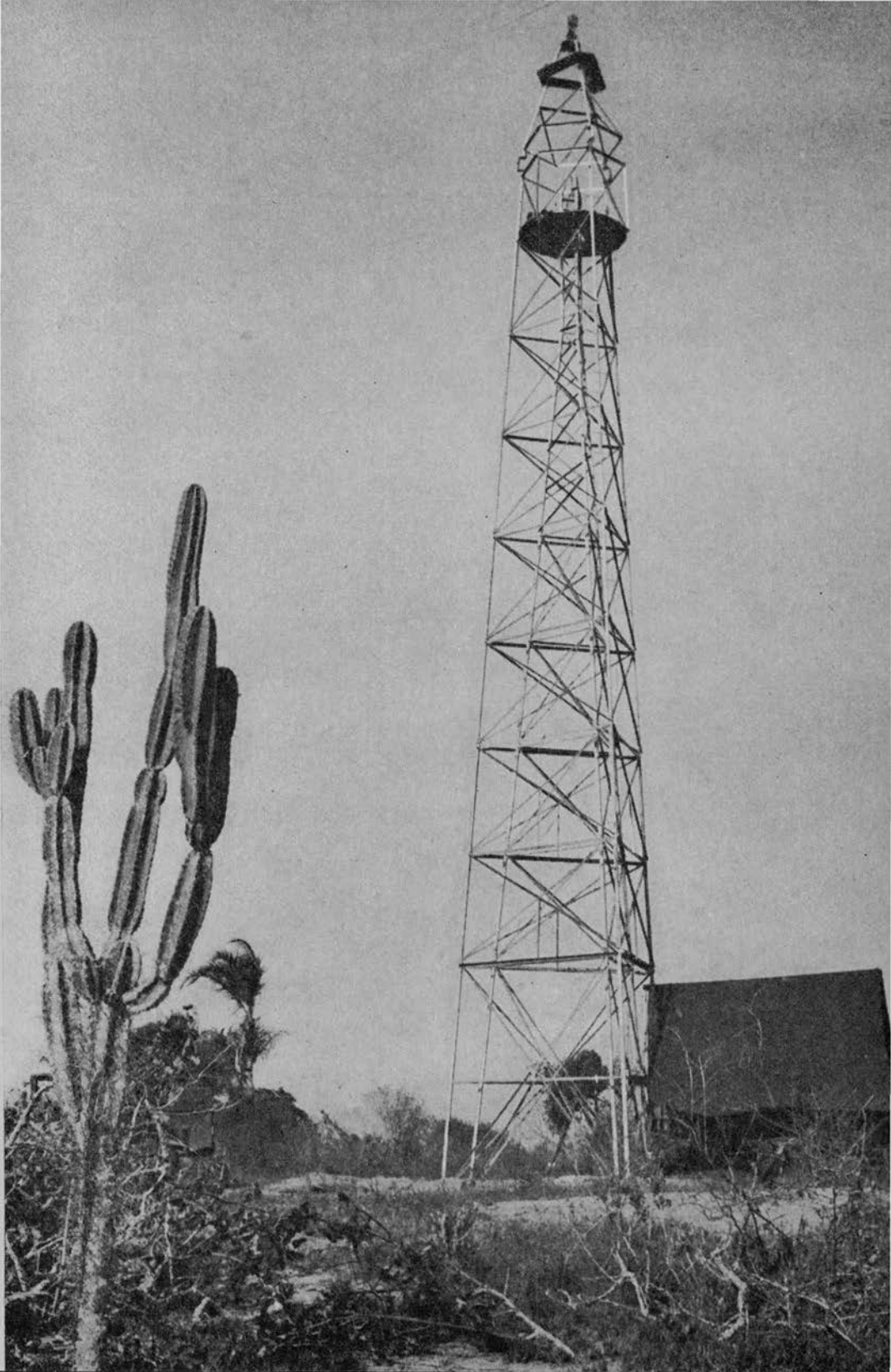
(SF-23-Q-II-1), estando preparada para impressão, a Três Rios (SF-23-Q-II-2). Por outro lado foram concluídos e impressos o "Mapa Físico do Brasil" e o "Mapa Básico do Brasil", ambos na escala de 1:5.000.000, e os mapas estaduais de Sergipe e do Rio de Janeiro, na escala de 1:400.000. No momento imprime-se no Serviço Gráfico do IBGE o mapa do Amapá, na escala de 1:1.000.000.

HELICÓPTERO — A introdução do helicóptero, nos trabalhos de campo, vem possibilitando maior rendimento e economia de tempo e em recursos financeiros nas operações de levantamento topográfico, sob a responsabilidade do CNG, na Chapada Diamantina, onde até o momento já foram determinados mais de 159 pontos de controle aerofotogramétrico. Na primeira etapa de trabalhos com o uso desse moderno meio de transporte foi coberta, no espaço de três meses, uma área de 25 mil quilômetros quadrados da referida Região, dentro da Bahia, perfazendo-se um total de 253 horas de voo, estimando-se em 20 meses a redução de tempo em confronto com os processos de transporte anteriormente utilizados.

PUBLICAÇÕES GEOGRÁFICAS — No que se refere ao programa editorial, foram lançadas, na série (Biblioteca Geográfica Brasileira", em segunda edição, duas importantes obras: *O Homem e a Guanabara*, do Prof. Alberto Ribeiro Lamego e *Recursos Minerais do Brasil* (Vol. I), de autoria do Prof. Silvio Fróes Abreu. Em primeira edição, foi entregue ao público *Leituras Geográficas*, organizado pelo Prof. Carlos Delgado de Carvalho. Foram igualmente publicados os volumes relativos ao *Curso de Férias para Aperfeiçoamento de Professores de Geografia do Ensino Médio de 1964* e ao *Curso de Informações Geográficas, também de 1964*. Por outro lado encaminhou-se ao Serviço Gráfico para nova edição o *Dicionário Geográfico e Geomorfológico*, de autoria do Prof. Antônio Teixeira Guerra e o *Guia de uma Excursão pelo Estado da Guanabara*, elaborado por uma equipe de geógrafos do CNG.

18

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS — Relativamente às publicações periódicas de divulgação científica do CNE, foram lançados 3 números da *Revista Brasileira de Geografia* e 4 do *Boletim Geográfico*.



● CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

PRESENÇA EM CERTAMES INTERNACIONAIS — Por intermédio do Secretário Geral do CNG, Engenheiro René de Mattos, compareceu o IBGE à VII Reunião Panamericana de Consulta sôbre Geografia, convocada por aquêlo organismo e realizada na capital da Guatemala, ao ensejo da VIII Assembléia-Geral Ordinária daquele organismo, conjuntamente com a VI Reunião Panamericana de Consulta sôbre História, em cujo recinto foi instalada uma amostra de trabalhos cartográficos e geográficos elaborados pelo Conselho Nacional de Geografia.

Representado pelo Secretário-Geral do Conselho Nacional de Geografia, participou o IBGE, igualmente, do Simpósio Inter-Regional Cartográfico, convocado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e reunida em Copenhague, capital da Dinamarca, entre 3 e 31 de outubro.

ESTUDO SÔBRE ABASTECIMENTO DE BRASÍLIA — Em regime de cooperação com a Prefeitura de Brasília, empreendeu o IBGE estudos sôbre o abastecimento da Capital Federal, objeto de três excursões de geógrafos do CNG ao Planalto Central, visando a obter elementos básicos destinados a orientar a solução do problema.

CURSOS E CERTAMES — A exemplo dos anos anteriores, foi levado a efeito através do setor competente do CNG, o Curso de Férias para Aperfeiçoamento de Professôres de Geografia do Nível Médio e o Curso de Informações Geográficas, que se realizaram, respectivamente, nos períodos de 14 a 29 de janeiro e 18 a 23 de julho. Do primeiro desses cursos receberam certificados de freqüência, 51 alunos regularmente inscritos, dos quais 25 bolsistas dos Estados.

Teve o apoio do CNG a realização, no mês de julho, no Rio de Janeiro, do II Congresso Brasileiro de Geógrafos, promovido pela Associação dos Geógrafos Brasileiros, entidade integrada no sistema estatístico-geográfico centralizado pelo Instituto.

Sob a responsabilidade da Ala Geográfica, promoveu-se ainda o (II Simpósio Brasileiro sôbre Fotografias Aéreas”, reunidos na Guanabara, entre 9 e 14 de agosto e um “Ciclo de Conferências sôbre Geografia Econômica da Guanabara”, levado a efeito no período de 18 a 29 de outubro.

EXPOSIÇÕES — Ainda sob a responsabilidade da Divisão cultural do Conselho Nacional de Geografia, realizou-se a Exposição Geográfica de 1965, instalada entre 23 e 29 de maio no Aeroporto Santos Dumont, e depois em caráter volante, na Associação Cristã de Moços, e na Faculdade de Filosofia e Centro Educacional de Niterói.

Além desta, duas outras Exposições Cartográficas foram realizadas: a primeira no saguão do novo edifício-sede do Banco do Estado da Guanabara, como contribuição ao Congresso Brasileiro de Cartografia, reunido na Cidade do Rio de Janeiro, e a segunda na Faculdade de Engenharia de Juiz de Fora, em promoção conjunta do IBGE e DA daquele Instituto de Ensino Superior de Minas Gerais.

NOVAS INSTALAÇÕES DA CARTOGRAFIA — Foram construídos, com aproveitamento de estrutura destinada a finalidade secundária, em Parada de Lucas, ao lado das instalações do Serviço Gráfico do IBGE, 2 400 m² da unidade arquitetônica que abrigará a Divisão de Cartografia e Serviços correlatos, incluindo moderno laboratório para reproduções cartográficas e aerofotogramétricas, objeto de plano aprovado pela Resolução n.º 685, de 1961, do Diretório Central de Geografia.

Edifício, em fase final de construção, que abrigará as novas instalações da Divisão de Cartografia, em Parada de Lucas.



● SERVIÇO NACIONAL DE RECENSEAMENTO

As circunstâncias desfavoráveis que envolveram e acompanharam a execução do Recenseamento Geral de 1960 foram de tal natureza que repercutem ainda hoje.

Ao assumir a Direção do Instituto, a administração atual encontrou dois problemas sumamente graves, que exigiam pronta ação, em virtude do retardamento das apurações censitárias.

Isto porque o órgão que vinha funcionando com uma estrutura precária fixada em sua maior parte por legislação interna, em decorrência de dispositivos legais teve invalidada sua estruturação. E, por outro lado, as dificuldades de instalação e manutenção dos equipamentos eletrônicos adquiridos pelo IBGE tinham chegado a ponto de determinar a paralização desses equipamentos.

Dêste modo, tornou-se imprescindível a adoção de medidas que dessem condições de funcionamento ao órgão. Felizmente lograram êxito as providências intentadas e a produtividade do órgão se evidencia na enumeração de suas atividades, realizadas em seqüência à descrição da reorganização e reaparelhamento do SNR efetuados em 1965.

REORGANIZAÇÃO E INSTITUIÇÃO DO SNR EM CARÁTER PERMANENTE — O Serviço Nacional de Recenseamento fôra instituído em caráter provisório, com encargo exclusivo da execução do Recenseamento Geral de 1960, pelo Decreto n.º 47 813, de 2 de março de 1960. Sua estrutura administrativa foi formada com a incorporação dos cargos do Núcleo de Planejamento Censitário, criado também em caráter transitório pela Resolução n.º 499, de 28 de fevereiro de 1956, da Junta Executiva Central do CNE.

Todavia, iniciada a fase de apuração dos dados, a estrutura vigente, à qual correspondia as tarefas de planejamento do Censo, não atendia ao desenvolvimento dos pesados encargos decorrentes de uma operação censitária.

Assim, através das Resoluções números 21 e 24 da Comissão Censitária, a estrutura inicial do órgão foi ampliada com a atribuição de gratificações correspondentes aos encargos conferidos. Entretanto, com o advento da Lei 4 345, de 1964, ficaram invalidadas as gratificações instituídas pelas citadas Resoluções, de vez que às mesmas não correspondiam funções previstas em lei.

Diante do fato, a Direção do Instituto, através do DASP, encaminhou Exposição de Motivos ao Poder Executivo, solicitando a regularização da situação do SNR. Então, por intermédio do Decreto n.º 55 309, de 30 de dezembro de 1964, cuja vigência foi prorrogada por 180 dias, pelo Decreto n.º 56 617, de 27 de julho de 1965, foi instituída uma tabela de gratificações a título precário que já representava uma organização provisória, e determinada, conforme os termos da Exposição de Motivos do DASP aprovada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, a criação do Serviço em caráter permanente.

Cumprindo esta determinação, encaminhou-se proposta ao Poder Executivo, que foi contida na Mensagem n.º 564/65, transformada após a tramitação no Congresso Nacional, na Lei n.º 4 789, sancionada em 14 de outubro de 1965, que instituiu o Serviço Nacional de Recenseamento em caráter permanente.

Ficou, assim, corrigida uma das mais graves lacunas do Sistema Estatístico Nacional, cuja ala censitária muito se ressentia das improvisações decorrentes de seu funcionamento, em caráter transitório, praticamente sem solução de continuidade desde 1938.

ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO CENSITÁRIA BRASILEIRA — A lei Geral dos Recenseamentos Nacionais — Decreto-Lei número 969, de 21 de dezembro de 1938, estabelece a realização de censos decenais e determinava a criação de órgãos provisórios para atender aos encargos de cada levantamento.

Nas condições atuais do país, ambas as determinações careciam de atualização. Uma delas seria superada por determinação do próprio Executivo, acolhendo recomendação do DASP. Entretanto, seria necessário reformular a legislação no que dizia respeito à periodicidade dos levantamentos. Porque a par das necessidades sempre crescentes de informações, que fizeram dos Recenseamentos, na atualidade, a pedra angular dos sistemas estatísticos, o Serviço dispõe de um centro de apurações que, em perfeitas condições de funcionamento, rivaliza com os melhores da América.

Assim, incorporam-se ao Projeto de estruturação da repartição censitária permanente, dispositivos que tornaram quinquenais os Censos Econômicos e possibilitaram a execução de levantamentos

● SERVIÇO NACIONAL DE RECENSEAMENTO

e apurações para órgãos governamentais e privados, mediante convênios que garantem o ressarcimento das despesas, para amplo aproveitamento dos recursos técnicos e materiais do Órgão.

RECUPERAÇÃO DOS COMPUTADORES ELETRÔNICOS
— A manutenção dos computadores eletrônicos adquiridos pelo Instituto para a execução das apurações do Recenseamento Geral de 1960 não constitui tarefa fácil. Exige mão-de-obra altamente especializada e estocagem obrigatória de peças sobressalentes.

Em abril de 1964, o computador de grande porte UNIVAC 1105 foi desligado, por estar totalmente incapacitado para operar; o equipamento frigorífico do sistema exigia sérias reparações e o estabilizador de ciclagem funcionava com grande deficiência.

A partir daquela data providenciou-se, dentro das disponibilidades orçamentárias, não só obter peças e acessórios de maior carência, como efetuar, com o fornecedor dos equipamentos, um convênio de assistência técnica capaz de possibilitar o funcionamento do conjunto.

No momento, decorrem já três meses que, pela primeira vez, desde a instalação, o conjunto está em pleno funcionamento.

Quanto ao Convênio de Assistência Técnica, espera-se celebrá-lo no início de 1966.

Aspecto do computador eletrônico UNIVAC 1105, do Serviço Nacional de Recenseamento.



MELHORAMENTO DOS EQUIPAMENTOS DE APURAÇÃO

— A alimentação dos computadores eletrônicos é efetuada por elementos preparados por equipamentos eletromecânicos. Assim, como parte dos equipamentos eletrônicos é de propriedade do Instituto, julgou-se conveniente que o centro de apurações dispusesse de uma linha completa de trabalho.

Aproveitando, então, as vantagens de um contrato de locação com cláusula de opção de compra, procedeu-se à aquisição de 65 máquinas perfuradoras; 15 conferidoras; 1 prova-cartões; 2 classificadoras e 2 reprodutoras, com o custo total de Cr\$ 302 340 000.

Como a manutenção dos equipamentos vendidos é de responsabilidade do comprador, foi celebrado contrato nêsse sentido, para o ano de 1965, montando a despesa respectiva em Cr\$ 61 951 158. A simples locação do mesmo equipamento, no ano de 1965, custaria, ao preço corrente na praça, Cr\$ 161 403 000.

ATIVIDADES DO SNR

A) Convênios assinados:

- 1 — Com o Ministério da Justiça e Negócios Interiores — Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política: Perfuração de cartões dos dados do Registro Civil de 1963;
- 2 — Com o Ministério da Indústria e Comércio — Divisão de Estatística: Apuração dos dados do Registro Industrial de 1962;
- 3 — Com o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica: Cálculo anual de distribuição das quotas municipais do Impôsto Único sôbre Energia Elétrica;
- 4 — Com a Administração de Pôrto do Rio de Janeiro: Apuração do Mensário Estatístico de 1962;
- 5 — Com o Departamento Administrativo do Serviço Público: Planejamento e Execução do Censo dos Servidores;
- 6 — Coordenação de Planos e Orçamento do Estado da Guanabara: Cálculos de ajustamento das variáveis, da pesquisa sôbre a mobilidade da população da Guanabara;
- 7 — Ministério da Indústria e Comércio — Adaptação de dados sôbre produtos, matérias-primas e material de embalagem, com base nas informações do R.I. de 1962.

● SERVIÇO NACIONAL
DE RESENSEAMENTO

B) Publicações Divulgadas:

- 1 — Amostra Preliminar do Censo Demográfico;
- 2 — Atlas Censitário Industrial;
- 3 — Cadastro das Indústrias de Construção Civil;
- 4 — Resultados Gerais do Censo do Comércio de Mercadorias — Unidades da Federação e Brasil;
- 5 — Resultados Gerais do Censo dos Serviços — Unidades da Federação e Brasil.

C) Dados apurados:

Censo Agrícola

- 1 — Estrutura dos estabelecimentos — Territórios de Rondônia, Roraima, Amapá e os Estados do Acre, Amazonas, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Santa Catarina, Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal;
- 2 — Indústria Rural — Territórios de Rondônia, Roraima, Amapá e os Estados do Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Guanabara, Mato Grosso, Goiás e Distrito Federal;
- 3 — Produção Agrícola — Territórios de Rondônia, Roraima, Amapá e os Estados do Acre e Amazonas.

Censo Demográfico

- 1 — Tabulações avançadas por municípios — sexo, grupo etário, alfabetização e ramo de atividade — Resultados relativos aos Estados de: Espírito Santo e Guanabara.

Censo Industrial

- 1 — Apurações Finais — Unidades da Federação, exclusive São Paulo e Rio Grande do Sul.

Censo Comercial

- 1 — Aspectos Gerais — Todas as Unidades da Federação.

Censo dos Serviços

- 1 — Aspectos Gerais — Todas as Unidades da Federação.

D) Entidades atendidas diretamente com fornecimento de dados especiais, ou apresentação antecipada de informações:

- 1 – Ministério do Planejamento;
- 2 – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária;
- 3 – Ministério da Agricultura;
- 4 – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste;
- 5 – Banco do Desenvolvimento de Minas Gerais;
- 6 – Coordenação de Planos e Orçamento do Estado da Guanabara;
- 7 – Banco do Crédito da Amazônia S. A.;
- 8 – Fundação Getúlio Vargas;
- 9 – Ministério da Saúde;
- 10 – Fundação Ford.

● ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS

O Decreto da criação do Instituto Nacional de Estatística (24 609, de 6 de julho de 1934) já previa a instituição de cursos de Aperfeiçoamento, para o funcionalismo, Extensão Universitária e Alta Cultura (art. 20).

Em 10 de julho de 1952, a Assembléia-Geral do Conselho Nacional de Estatística (Resolução 518) determinou a “criação, na Secretaria-Geral do mesmo Conselho, de cursos de Estatística de formação e especialização — constituindo os primeiros um sistema de três níveis culturais progressivos — além de um curso isolado para a formação e aperfeiçoamento de Agentes Municipais de Estatística”.

Argumentavam os componentes da Assembléia que não seria possível instituir um curso de pós-graduação sem o correspondente curso de graduação. Graduados em Estatística não os havia ainda no Brasil. Baseada na decisão da Assembléia, a Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, através da Resolução n.º 416, de 6 de março de 1953, criou a Escola Brasileira de Estatística e aprovou o seu primeiro Regulamento. O Decreto n.º 47 997, de 4 de abril de 1960 aprovou o Regimento existente, introduzindo-lhe poucas inovações.

Em 1961, pelo Decreto 51 163, de 16 de agosto, foi aprovado o atual Regimento da Escola, agora também modificado para atender à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

ESTRUTURAÇÃO DA ENCE — A Escola Nacional de Ciências Estatísticas oferece três cursos regulares: o de Formação (nível universitário, com duração de quatro anos) o Técnico (segundo ciclo do curso secundário, com a duração de três anos) e o Livre (para formação e aperfeiçoamento de funcionários do sistema estatístico brasileiro, com a duração de um ano). Além disso mantém cursos de Pós-graduação, não regulares, já tendo sido ministrados cursos de Estatística aplicada à Física, Analistas de Computadores Eletrônicos e ainda outros que funciona conforme as necessidades dos alunos. A Escola manteve, até o ano passado, um curso ginásial especializado, extinto por falta de acomodações adequadas.

Este ano, foi inaugurado, com êxito, um curso intensivo especial para funcionários do IBGE. Já foram fornecidos certificados à primeira turma de 37 alunos, que apresentaram alto índice de aproveitamento.

A Escola Nacional de Ciências Estatísticas já diplomou, em seus doze (12) anos de funcionamento 146 bacharéis em Ciências Estatísticas, 122 Técnicos (nível equivalente ao colégio) e 71 do curso Comercial Básico (ginásio, ora extinto). A primeira turma do Curso

Superior colou grau em 1957; a primeira do Curso Técnico de Estatística foi diplomada em 1958. Além disso, freqüentaram os cursos de Pós-graduação 53 alunos, dos quais 26 receberam certificados. Em 1965, teve a ENCE os seguintes alunos matriculados:

No Curso de Formação:

no 1.º ano	173 alunos
no 2.º ano	68 "
no 3.º ano	40 "
no 4.º ano	31 "
Total	312 "

No Curso Técnico de Estatística:

no 1.º ano	53 alunos
no 2.º ano	58 "
no 3.º ano	7 "
Total	118 "

No Curso Livre de Estatística:

Alunos matriculados	32
Total de alunos matriculados em 1965	462

O Curso Livre de Estatística oferece bôlsas a candidatos selecionados pelo Instituto Interamericano de Estatística e o próprio Itamarati tem mandado bolsistas selecionados através do Ministério das Relações Exteriores.

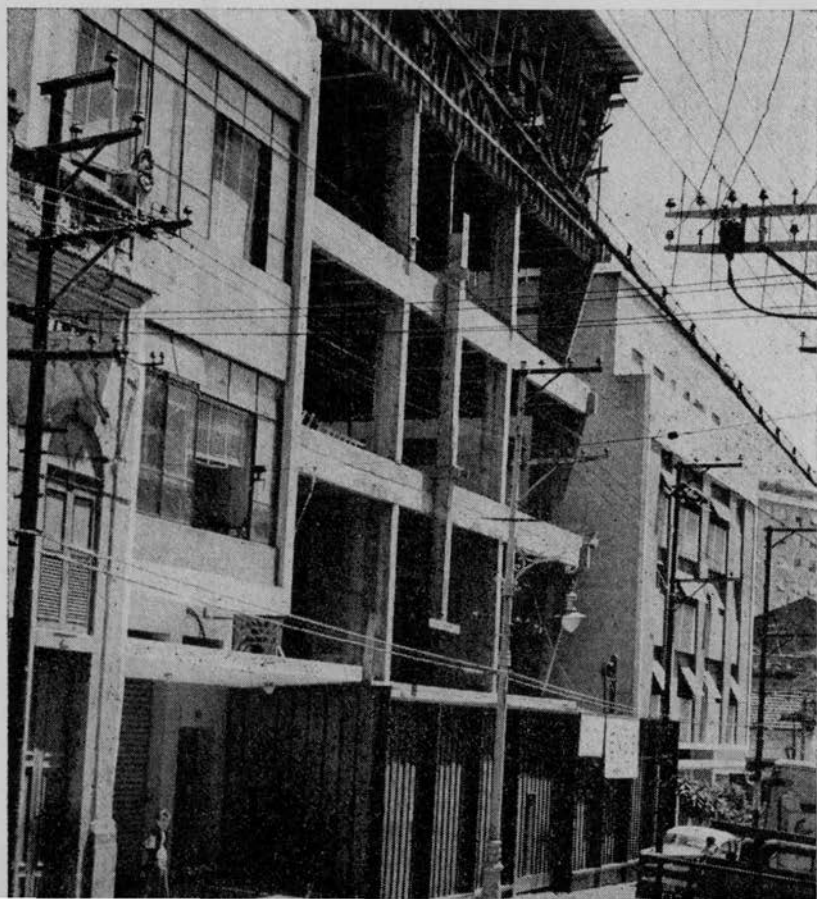
O Conselho Nacional de Estatística ocupa 3 diplomados do Curso Superior. O Curso Intermediário já deu certificado a 288 funcionários do IBGE e o nôvo curso intensivo a que acima nos referimos já proporcionou treinamento a 46 ibegeanos devendo até 15 de dezembro terminar a instrução a mais 56.

A ENCE possui, em virtude do Decreto 53 562, de 19 de fevereiro de 1964 um quadro de 20 professôres de Ensino Superior, 3 assistentes de Ensino Superior e 17 professôres de Ensino Médio. Existem, devido aos pedidos de exoneração de professôres que acumulavam, 5 vagas de professôres de Ensino Superior e 3 vagas de Ensino Secundário. Para atender às necessidades do ensino a ENCE tem, ainda, dentro de suas verbas de pessoal, 15 professôres regidos pela legislação trabalhista.

● ESCOLA NACIONAL DE CIÊNCIAS ESTATÍSTICAS

As obras da nova sede da ENCE prosseguem em ritmo lento, pois a inflação multiplicou os custos algumas vezes. É essencial para a vida da ENCE o término das obras que irão dar-lhe uma área de 3 500 metros quadrados, o que triplica a das atuais instalações, obsoleta, e, o que é pior, funcionando em prédio alugado, que obriga a uma despesa anual de Cr\$ 7 600 000 (sete milhões e seiscentos mil cruzeiros). O custo total da obra será inferior a 300 milhões — se os preços se mantiverem estáveis. O aluguel pago representa mais de um terço dos juros do capital a ser empregado na nova sede.

Obras da nova sede da Escola Nacional de Ciências Estatísticas,
à rua André Cavalcante.



● ÓRGÃOS DELIBERATIVOS

Razões de ordem administrativa justificaram a não realização das Assembléias-Gerais do Conselho Nacional de Geografia e do Conselho Nacional de Estatística, medida autorizada por Decreto n.º 50 387, de 1 de junho do ano passado, do Sr. Presidente da República. Cumpriu-se, entretanto, a exigência legal de funcionamento das Comissões de Tomadas de Contas daqueles dois órgãos do Instituto, que reunidas durante o mês de maio, examinaram e aprovaram as contas dos mesmos relativos ao exercício de 1964.

A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística funcionou regularmente com reuniões semanais, que permitiram fôsem aprovadas 34 Resoluções entre as quais merecem registro a n.º 852, que dispõe sobre a realização da XXX Campanha Estatística e a n.º 857, que instituiu a Comissão Técnica para as Estimativas Oficiais de População (COTEP), além de muitas outras, tôdas atendendo aos interêsses executivos da entidade.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia reuniu-se 20 vêzes em 1965, tendo aprovado 9 Resoluções.

A Comissão Censitária Nacional, órgão deliberativo do Serviço Nacional de Recenseamento, realizou 35 reuniões.

